# A era do operariado global: lei geral da acumulação capitalista e a mundialização do exército industrial de reserva

*Vicente Loeblein Heinen*[*]

*Mauricio Mulinari*[**]

## Resumo

O artigo analisa a mundialização do exército industrial de reserva como dimensão central do imperialismo contemporâneo e como expressão da expansão global da lei geral da acumulação capitalista O argumento central é que, a partir da reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, o capital passa a articular, em nível global, massas de trabalhadores provenientes de processos contínuos de expropriação, convertendo o exército de reserva latente em um mecanismo efetivo de produção e transferência de valor, por meio da arbitragem internacional de salários e do deslocamento produtivo. Metodologicamente, o estudo combina a teoria marxista da lei geral da acumulação capitalista com a análise de evidências empíricas sobre a evolução e a distribuição geográfica do operariado industrial, com base em dados da OIT. Os resultados indicam que a incorporação de grandes contingentes de trabalhadores da China, da Índia e, mais recentemente, do Sudeste Asiático e da África, permitiu ao capital intensificar a arbitragem de salários e a transferência internacional de valor. Ao mesmo tempo, esse processo contribui para a ampliação do exército de reserva nos países centrais, enfraquecendo o poder de barganha da classe trabalhadora em regiões onde o movimento operário é historicamente mais avançado.

**Palavras-chave**: imperialismo; mercado mundial; expropriação; arbitragem de salários.

## The era of the global working class: the general law of capitalist accumulation and the globalization of the industrial reserve army

## Abstract

The article analyzes the globalization of the industrial reserve army as a central dimension of contemporary imperialism and as an expression of the global expansion of the general law of capitalist accumulation. The central argument is that, following the productive restructuring initiated in the 1970s, capital articulates, at a global level, masses of workers originating from continuous processes of expropriation, transforming the latent reserve army into an effective mechanism for the production and transfer of value through international wage arbitrage and the relocation of production. Methodologically, the study combines Marxist theory on the general law of capitalist accumulation with the analysis of empirical evidence on the evolution and geographical distribution of the industrial working class, based on data from the ILO. The results indicate that the incorporation of large contingents of workers from China, India, and, more recently, Southeast Asia and Africa have enabled capital to intensify wage arbitrage and the international transfer of value. At the same time, this process contributes to the expansion of the reserve army in core countries, weakening the bargaining power of the working class in regions where the labor movement has historically been more advanced.

**Keywords**: imperialism; world market; expropriation; wage arbitrage.

[*] Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

[**] Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), mestre e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) na UFSC.

## Introdução

Desde seu surgimento, o capital busca impor o predomínio da forma-valor, transformando as relações sociais em torno do processo de valorização do valor. Após a dissolução dos feudos europeus e séculos de espoliação colonialista, amontoou operários em grandes indústrias e cidades operárias, novos e vigorosos centros produtores de mercadorias lançadas ao mercado mundial. A concentração e centralização de capitais daí derivada gerou massas de mais-valia exportáveis, que logo foram parar no "novo continente".

Uma vez consolidada as relações capitalistas de produção como forma dominante do mercado mundial, ao final do século XIX o globo foi partilhado entre as grandes potências, que passaram a exportar não apenas mercadorias, mas principalmente capitais para as colônias. Os velhos países coloniais e semicoloniais de tradição essencialmente agrária também se industrializaram, transformando-se em novos centros produtores, mesmo que dependentes do capital estrangeiro. A dita globalização seguiu avançando no século seguinte, tornando cada vez mais difícil discernir a nacionalidade de uma mercadoria ou de um capital.

Em meio a essa "unificação", uma barreira teve dissolução mais lenta: a dos salários nacionais. A ameaça da União Soviética e a organização do movimento operário ao redor do mundo estabeleceram barreiras importantes para a sanha do capital sobre a remuneração da força de trabalho, particularmente na primeira metade do século XX. Como resposta, os capitalistas deram alguns anéis para manter a joalheria, aceitando regulações trabalhistas dentro das fronteiras nacionais.

Para fazer com que a lei do valor impere livremente sobre a força de trabalho, o capital tem buscado formas de expandir também as fronteiras desse mercado. Neste estudo, pretendemos argumentar que tal processo, consolidado na mundialização do exército industrial de reserva, é fundamental para a atual fase do modo de produção capitalista, sendo uma das principais chaves para compreender as formas contemporâneas do imperialismo.

O artigo está dividido em quatro partes, para além desta introdução. A primeira seção sintetiza a lei geral da acumulação capitalista, conforme descrita originalmente por Marx, e suas implicações sobre o mercado da força de trabalho. A segunda seção confere elementos histórico-concretos à discussão, discutindo o papel das diferenças nacionais de salários para a transferência de valor no sistema imperialista. Em seguida, a terceira seção analisa o processo de mundialização do exército industrial de reserva e sua relação com a atual fase do imperialismo. Por fim, são tecidas as considerações finais.

## 1. Lei geral da acumulação capitalista e exército industrial de reserva

A consolidação do modo de produção capitalista teve como pressuposto histórico a grande indústria e sua capacidade de liberar o capital da dependência do crescimento natural da classe trabalhadora. Nas conhecidas palavras de Marx:

> A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Les dés sont pipés* [os dados estão viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua "liberação" aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (2012, p. 715).

Assim, a sociedade do capital fraciona a classe trabalhadora em dois grandes grupos: os operários ativos, que atendem à demanda da acumulação; e a superpopulação relativa, isto é, a população que está em excesso relativamente às necessidades do ciclo de acumulação de capital. Sendo essa oferta relativa às necessidades do capital industrial[1], trata-se de um exército industrial de reserva[2]. Aqueles que não servem a nenhum desses desígnios, geralmente por terem se tornado inválidos para o trabalho assalariado, formam, ainda, o lumpemproletariado.

Quanto mais depressa o capital se acumula, tanto mais trabalho demanda, tanto menor a quantidade de trabalhadores desesperados para vender sua força de trabalho e tanto mais caro eles podem vendê-la. Caso oposto ocorre em momentos de crise e depressão, quando a queda na rentabilidade do capital contrai os investimentos, reduzindo abruptamente a demanda por trabalho e recompondo o exército de reserva (Marx, 2020).

Essa dinâmica não apenas é cíclica, como conta com um componente tendencial. Isso porque a quantidade de trabalho demandada por cada unidade de capital investido é uma

---

[1] Capital industrial no sentido atribuído por Marx (2012; 2014; 2017), que abrange todo e qualquer ramo explorado de maneira capitalista, seja ele industrial em um sentido estrito, agropecuário ou de serviços. Ou seja, o sentido de capital industrial em Marx associa-se diretamente com o processo de valorização do valor por meio da exploração do trabalho assalariado, que em seu conjunto "não produz apenas mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado" (Marx, 2012, p. 653). Desta forma, a categoria capital industrial tem em Marx uma abrangência muito mais ampla do que a conferida pela contabilidade social tradicional.

[2] "Marx trata os dois termos como sinônimos em *O Capital* [1867], texto em que os conceitua, revisa e publica originalmente [...]. Nos *Grundrisse* [1857], Marx utiliza apenas a denominação "superpopulação" e faz menção a outros modos de produção específicos que não o capitalista. Em *O Capital* ele utiliza "EIR" ou "superpopulação relativa" para designar um fenômeno do capitalismo, em especial [...]. Além disso, antes de Marx, em 1845, Engels descreve a situação de um "exército" ou "reserva" de trabalhadores desempregados na Inglaterra. Atualmente, conforme se descobriu em outros manuscritos não publicados por Marx, é possível observar que ele também já lidava com a questão desde 1847. Ambos, porém, teriam retirado os termos (exército de reserva) e se inspirado em metáforas criadas no seio do próprio movimento operário da época" (Felix, 2017, p. 112).

grandeza que tende a cair ao longo do tempo. Conforme descreveu Marx (2012), o capital tende a ampliar, devido a circunstâncias próprias de seu ciclo, sua composição orgânica, ou seja, concentrar-se cada vez mais em meios de produção, em detrimento da força de trabalho viva. Assim, a demanda por trabalho cresce com a acumulação, mas em ritmo tendencialmente menor.

De modo sintético, são dois os fatores que operacionalizam essa tendência: o desenvolvimento das forças produtivas e a centralização do capital. Dada a concorrência entre os múltiplos capitais individuais, cada um deles busca produzir mercadorias com o menor valor unitário possível, de modo a apropriar-se de parte do valor gerado por outros capitais (mais-valia extraordinária). Para isso, tendem a revolucionar continuamente o processo produtivo, introduzindo instrumentos e formas de gestão do trabalho mais produtivas, isto é, que reduzam a quantidade relativa de trabalho necessária para a produção de suas mercadorias.

Tal ganho de produtividade faz com que determinados capitais cresçam mais do que outros, apropriando-se de maiores margens de mercado. Dessa forma, o capital social se centraliza em unidades maiores, seja pela quebra e posterior anexação de empresas menores ou por fusões ocorridas entre elas. Esse processo reforça a formação da superpopulação relativa, uma vez que "a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho" (Marx, 2012, p. 703).

Dado sua capacidade de desenvolver as forças produtivas e concentrar meios de produção, o ciclo do capital determina não apenas a produção capitalista, mas também incorpora ou elimina modos de produção anteriores. Na história do modo de produção capitalista, duas são as formas principais de conversão da força de trabalho integrada a outros modos de produção em trabalho assalariado. Primeiramente, a “mera mudança de forma” (Marx, 2012, p. 830) da exploração, que ocorre com a conversão direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados. Em segundo lugar – e mais importante para o nosso debate –, a “expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho” (Marx, 2012, p. 830), mais concretamente, a expropriação de camponeses e artesãos.

Estes trabalhadores, pequenos proprietários dos seus meios de produção, são presentes nos mais variados modos de produção pré-capitalistas. Entretanto, só alcançam a plenitude do seu desenvolvimento na aurora da sociedade burguesa, quando ocorre o reconhecimento da

propriedade privada como soberana acima das relações de dependência pessoal[3]. A plenitude da forma camponesa e artesã, no entanto, só é compatível com os estreitos limites do trabalho individual, sendo este radicalmente superado pelo surgimento da manufatura e da grande indústria moderna capitalista, ou seja, o trabalho social sob comando da propriedade privada individual do capitalista.

Historicamente, a partir de meados do século XV, quando os pequenos proprietários haviam atingido o auge de seu desenvolvimento qualitativo e quantitativo, inicia-se um amplo e contínuo processo de expropriação de seus meios de produção. Esse movimento fornece à acumulação de capital um vasto exército industrial de reserva até então latente, que passa a ser progressivamente integrado ao mercado de trabalho capitalista. Tal processo, como veremos a seguir, estende-se até o período contemporâneo, com novas massas de camponeses sendo recentemente expropriadas e transformadas em trabalhadores assalariados.

Isso posto, estamos em condições de fazer o caminho de volta. Como a formação da superpopulação relativa retroage sobre a acumulação? Já tivemos a oportunidade de comentar a primeira de suas funcionalidades ao ciclo do capital. Trata-se do fato de que, havendo uma sobreoferta permanente de força de trabalho, o capital se liberta das amarras naturais do crescimento da classe trabalhadora, não correndo o risco de que lhe faltem braços para tocar sua expansão.

> Quando existe um maciço exército de reserva, a taxa crescente de acumulação não exerce influência significativa na relação entre a demanda e a oferta da mercadoria força de trabalho (exceto, possivelmente, em algumas profissões altamente qualificadas) (Mandel, 1985, p. 26).

Aliado a isso, está uma segunda funcionalidade: a de modificar a correlação de forças na luta de classes pela ampliação da concorrência entre os trabalhadores. A coerção muda promovida pelo pauperismo e pela degradação fisiológica e moral que tende a acompanhar o desemprego e o subemprego é um instrumento muito mais eficiente do que qualquer outra forma de violência. Logo, quanto maior for a superpopulação relativa, tende a ser menor o poder reivindicatório da classe trabalhadora e sua resistência a salários baixos, jornadas de trabalho desgastantes ou tarefas mais pesadas, por exemplo.

Esses fatores contribuem para aumentar o hiato entre o valor pago pela força de trabalho, face ao seu nível de desgaste, e o valor excedente apropriado pela classe capitalista:

---

[3] "É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada, onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso" (Marx, 2012, p. 831).

> O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e viceversa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual (Marx, 2012, p. 711).

Assim, a lei geral da acumulação capitalista é tal que o sistema gera, simultaneamente, riqueza em um polo, e pobreza no outro. À medida em que o capital se acumula, gerando riqueza para os capitalistas, ele intensifica a concorrência entre os trabalhadores, pressionando a taxa de exploração e ampliando o pauperismo relativo da classe trabalhadora.

Todos esses elementos estão intrinsecamente relacionados ao movimento da taxa de lucro, que comanda o ciclo do capital. Se, por um lado, o crescimento da composição orgânica do capital contrai a taxa de lucro, por outro, ele amplia o exército de reserva e, com ele, a taxa de mais-valia, contrarrestando essa queda e permitindo a recomposição da taxa de lucro. Nesse sentido, o tamanho da superpopulação relativa é um dos principais fatores contratendenciais à queda da taxa de lucro, sendo central para determinar o ritmo da acumulação e seu movimento cíclico (Marx, 2017).

## 2. Imperialismo e arbitragem de salários

Embora Marx não tenha chegado a concluir seu projeto de escrita sobre a dinâmica do modo de produção capitalista em escala mundial, as leis gerais desse sistema podem ser desdobradas para tal análise (Miranda, 2017). No mercado mundial, a lei geral da acumulação capitalista se defronta com um conjunto heterogêneo de capitais, alocados em distintos países, com diferentes graus de desenvolvimento das forças produtivas.

Conforme sustenta Leite (2017), o desenvolvimento desigual e combinado do capital em escala mundial é a condição para a existência de transferência internacional de valor. Esta, por sua vez, é a essência do sistema imperialista, que opõem regiões que absorvem valor (países ou blocos imperialistas) aos que lhe transferem (formações dependentes).

A transferência de valor entre capitais sediados em distintos países pode se dar em três níveis: *i)* no comércio internacional, em que mercadorias produzidas com distintas composições orgânicas do capital são trocadas pelo mesmo valor; *ii)* no investimento externo, quando ocorre a repartição da mais-valia em lucro, juro e renda; e *iii)* na expropriação, que ocorre quando os Estados imperialistas utilizam de meios extraeconômicos (força militar, violência, roubo, etc) para se apropriar de valores de uso (Leite, 2017).

Diferentemente do movimento do capital, que se torna cada vez mais apátrida, a força de trabalho não é uma mercadoria dotada de grande mobilidade. Ao contrário das fábricas, que

podem cruzar fronteiras com bastante facilidade, a imigração é controlada à risca pelos países imperialistas. Essa prática acentua os diferenciais de salários entre países, permitindo grandes margens de arbitragem para o capital monopolista.

Nos termos de Mandel (1985), o "capitalismo tardio" do pós-guerra foi marcado pela dispersão do capital monopolista através do investimento externo direto, em que multinacionais instalam plantas fabris próprias para produzir nos países dependentes. O autor acreditava, contudo, que os países centrais não abririam mão do controle direto de suas fábricas, mantendo parte significativa da produção em seu próprio território como forma de minar o desenvolvimento dos países periféricos[4].

Esse cenário se alterou radicalmente ao final da década de 1960, quando, em resposta à crise de rentabilidade do capital, os países imperialistas ampliaram a pressão para a abertura dos fluxos de capitais e de mercados consumidores ao redor do mundo. Com isso, a possibilidade de ganho de autonomia dos países "emergentes", isto é, em processo de industrialização, foi radicalmente reduzida.

O aumento da mobilidade do capital, junto das inovações trazidas pela terceira revolução industrial, facilitou enormemente o controle sobre o processo produtivo, permitindo a desverticalização e o reposicionamento geográfico das cadeias de produção e circulação de mercadorias (Harvey, 2012). Com isso, o capital empreendeu uma grande reestruturação produtiva, que teve no deslocamento do capital industrial de países avançados, em direção a países com massivos exércitos industriais de reserva, um de seus principais pilares.

Para os países dependentes, a reestruturação do capitalismo global observada a partir da década de 1970 significou uma forte perda de autonomia para a condução das políticas cambial e comercial, além de um aprofundamento da dependência tecnológica e financeira (Carcanholo, 2017). Assim, a industrialização orientada à exportação se tornou a única opção capitalista para os países pobres que não contam com abundância de recursos naturais (Smith, 2019).

De acordo com dados da UNCTAD, sistematizados por Smith (2019), a participação das "nações em desenvolvimento" nas exportações de manufaturados globais teve um forte salto a partir da década de 1970, passando de cerca de 5%, para 30% no começo do século XXI. O motor desse processo deixou de ser o investimento externo direto, como fora no pós-guerra. Conforme sustenta Smith (2019), essa forma cedeu espaço para o processo conhecido como *arm's lenght*, que ocorre quando uma empresa transnacional, geralmente sediada em países

[4] Em sua crítica a Emmanuel, Mandel é taxativo ao afirmar que a "ideia de que a indústria britânica de artigos de algodão se 'transferiria' para os Estados Unidos, a Índia ou o Egito porque nesses países os artigos de algodão seriam produtos de modo mais 'lucrativo' é absurda" (1985, p. 252).

imperialistas, terceiriza partes, ou mesmo todo a produção de sua cadeia, para empresas sediadas em países dependentes.

> Como resultado, surge uma estrutura peculiar de comércio internacional, onde empresas de países do Norte competem com outras empresas de países do Norte e seu êxito está associado à sua habilidade para cortar custos através da transferência da produção (outsourcing), enquanto empresas em países de baixos salários competem agudamente para exercer a mesma "vantagem comparativa", sabendo do excesso de trabalhadores desempregados e desesperados por trabalhar (Smith, 2019, p. 55, tradução livre).

## 3. A globalização do exército de reserva

Segundo Foster, McChesney e Jonna (2011), essa nova fase do imperialismo e da divisão internacional do trabalho se deve à emergência de um massivo exército industrial de reserva global na segunda metade do século XX. A formação desse exército contou com duas fontes principais: *i)* a destruição de modos de produção não-capitalistas, que permitiram a incorporação do exército de reserva latente para o mercado da força de trabalho; e *ii)* a conversão ao mercado capitalista dos ditos países do "socialismo real".

O primeiro desses movimentos foi mais gradual, todavia teve um salto importante em meados do século XX, com a aceleração do processo de urbanização moderno, majoritariamente em detrimento do campesinato. Já o segundo movimento intensifica o primeiro, tendo início nas últimas décadas do século passado, contando com dois marcos importantes: as reformas liberalizantes da China, iniciada em 1978; e da Índia, particularmente a partir de 1991.

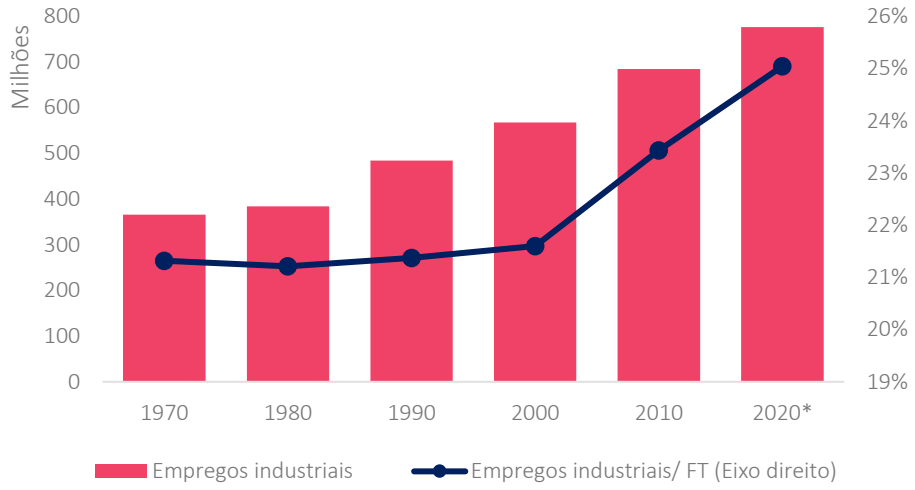
De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2024), a força de trabalho – que, no conceito oficial, é formada apenas pelas pessoas com mais de 14 anos de idade, trabalhando ou à procura de trabalho – mundial é atualmente composta por mais de 3,2 milhões de pessoas[5]. Desse total, estima-se que cerca de 800 milhões, ou ¼ do total, sejam operários industriais *stricto senso*, isto é, trabalhadores empregados em indústrias de transformação, extrativas, serviços industriais de utilidade pública ou no setor da construção.

Contrariando as teses que enxergam no capitalismo contemporâneo uma sociedade "pós-industrial", o capital industrial, isto é, o capital produtor de mais-valia, segue incorporando mais e mais pessoas. Mesmo considerando apenas a conceito da contabilidade social burguesa de indústria, excluindo, portanto, a agricultura e os serviços produtivos[6], vemos que o emprego industrial mais do que dobrou desde a década de 1970, com ritmo médio de crescimento da

[5] Para uma discussão sobre a relação entre as estatísticas oficiais do mercado de trabalho com as categorias marxistas, ver Heinen (2021).
[6] Sobre a discussão sobre o capital produtivo no setor de serviços e a categoria capital industrial em Marx, ver Carcanholo (2008).

ordem de 1,3% ao ano. Mais do que isso, os dados apresentados na Figura 1 indicam que a participação dos empregos industriais na força de trabalho total, que ficou praticamente constante entre as décadas de 1960 e 1990, tem crescido no início do século XXI, mediante a desaceleração do crescimento demográfico.

**Figura 1 –** Evolução do total de operários industriais nos 100 maiores países do mundo (milhões de pessoas, média por décadas)

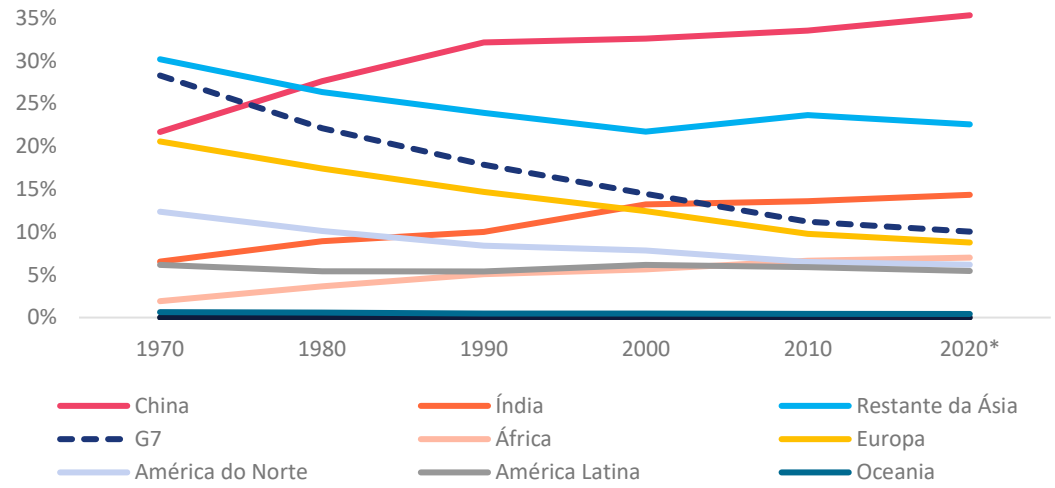



* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

Os dados também ilustram bem o processo de deslocamento produtivo a partir da década de 1970, quando teve início um forte crescimento da participação de países do "sul global" no operariado industrial, em detrimento de economias desenvolvidas. A participação dos países do G7 (EUA, Reino Unido, Alemanha, França, Itália, Japão e Canadá), que girava em torno de 30% antes desse processo, caiu pela metade até o final do século XX, encontrando-se atualmente em apenas 10% do total.

Arbitrando prioritariamente sobre o exército de reserva latente e, por consequência, os baixos salários dos países pobres, uma quantidade crescente de plantas industriais, financiadas direta ou indiretamente pelo capital monopolista, foram instaladas na China a partir da década de 1970 e, particularmente a partir da década de 1990, na Índia. Com isso, passou a ocorrer um processo massivo de migração de camponeses das províncias rurais desses países para as novas regiões urbano-industriais.

**Figura 2 –** Distribuição geográfica do operariado industrial (média por décadas com sobreposição de todas as fontes disponíveis no ILOSTAT)




* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

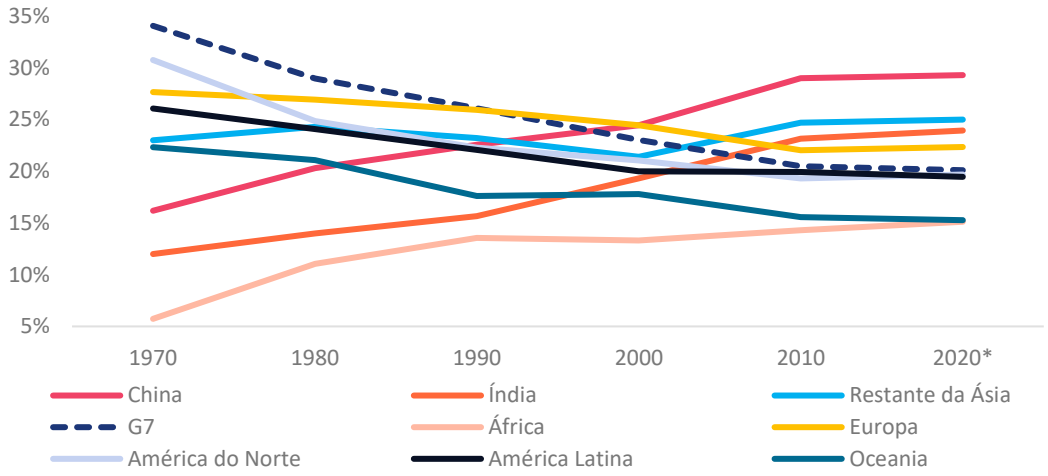
Segundo dados da OIT sintetizados por Mattos (2019), a população em atividades rurais na China, que era de 50,3% em 2000, passou para apenas 27,8% em 2016. A partir da década de 1990 também ocorreu a flexibilização dos mecanismos de controle da migração interna, o chamado sistema *hukou*. Com isso, o montante de trabalhadores migrantes em direção às novas e grandes indústrias, composto por filhos e filhas de camponeses chineses, alcançou 253 milhões em 2016. Já a Índia, na mesma comparação temporal, reduziu suas ocupações agrícolas de 59,9% para 45,1%, registrando um processo muito semelhante ao chinês.

Esses movimentos ocorrem, ademais, em paralelo a um intenso processo de industrialização da agricultura nesses países, o que sugere que o uso de indicadores de ocupação rural tende a subestimar a parcela da classe trabalhadora que já está plenamente integrada a dinâmicas produtivas tipicamente capitalistas. Consideradas em conjunto, China e Índia respondem atualmente por cerca de 40% da força de trabalho mundial e por mais da metade do operariado industrial em seu conceito estrito.

O processo de *arm's lenght* impulsionou também a industrialização de outros países, em particular aqueles que se encontram sobre influência do capital chinês. Os dados da ILO (2024) indicam que os países com maior participação nesse processo foram Vietnã, Paquistão, Tailândia, Filipinas, Egito, Irã e Bangladesh. Além disso, a Nigéria foi um dos países que mais se industrializaram no século XXI, representando a incorporação de cerca de 9 milhões de operários industriais somente nas últimas duas décadas. Nos anos mais recentes, esse processo ganhou nova roupagem com a dinâmica de *nearshoring* dos EUA, que se reflete em um deslocamento de plantas produtivas para o México.

Os dados apresentados na Figura 3 sugerem uma espécie de "equalização" da parcela da força de trabalho empregada em atividades industriais entre os continentes. Por um lado, há uma queda das taxas da Europa e da América Latina. A China, que atingiu o patamar que essas regiões haviam atingido antes da reestruturação produtiva, apresenta sinais de estabilização. Por outro lado, nota-se um crescimento relativo do emprego industrial, que pode ser lido como uma absorção de parte do exército de reserva latente, em outras regiões pobres, particularmente na Índia, no restante da Ásia e na África.

**Figura 3 –** Participação do operariado industrial na força de trabalho (média por décadas com sobreposição de todas as fontes disponíveis no ILOSTAT)




* Média de 2021 a 2023
Fonte: ILO (2024); Elaboração própria.

É importante notar que esse movimento não significa a equalização da taxa de superpopulação relativa, uma vez que a empregabilidade nos demais setores de atividade econômica nos países avançados – em particular no comércio e nos serviços, devido ao maior nível de consumo interno – é muito maior, enquanto o exército de reserva latente – em grande medida não captado pelas medidas oficiais de força de trabalho – é muito mais expressivo na periferia. Ainda assim, esses dados indicam que o capital tem explorado crescentemente a arbitragem de salários no mercado mundial, absorvendo parte do massivo exército de reserva localizado na Ásia e em uma diversidade cada vez maior de outros países subdesenvolvidos ao redor do mundo.

Segundo Selwyn (2019), esse processo tende a promover uma elevação da produtividade do trabalho nos países dependentes, porém sem entregar os benefícios prometidos pela ideologia dominante. Ao serem integradas às cadeias globais de produção, as regiões pobres, com grandes exércitos de reserva, transferem valor para os países imperialistas, reproduzindo a pobreza pré-existente.

Conforme observam Foster, McChesney e Jonna (2011), esse processo amplia a taxa de exploração da força de trabalho não apenas nos países periféricos, mas também no centro do sistema. Além da transferência de valor, o deslocamento produtivo tem permitido uma elevação da taxa de mais-valia do capital monopolista por outras duas formas: *i)* pelo aumento da produtividade do trabalho nas indústrias produtoras de bens salário, os quais são importados pelos países centrais, potencializando a extração de mais-valia relativa interna; *ii)* pela redução da demanda por trabalho no interior dos países imperialistas, o que aumenta seu exército de reserva e reduz o poder de barganha da classe trabalhadora local, ampliando a taxa de exploração.

**Considerações finais**

O processo de deslocamento do capital industrial em direção aos países com massivos exércitos industriais de reserva está no centro do processo de transferência internacional de valor do imperialismo contemporâneo. O processo de expropriação de pequenos produtores não se encerrou com a emergência do modo de produção capitalista maduro no século XIX, ele continua no período contemporâneo, promovendo rodadas sucessivas de substituição do trabalho individual privado pelo trabalho social de propriedade privada capitalista, ou seja, conversão de camponeses e artesãos em trabalhadores assalariados.

Ao contrário do que ocorreu em outros momentos históricos, a industrialização acarretada por essa dinâmica imperialista confere pouca ou nenhuma autonomia a esses países que avançam na industrialização. A produção realizada localmente é majoritariamente terceirizada por multinacionais que detêm o monopólio sobre o comércio ou sobre processos produtivos. Assim, a renda gerada é escoada para os países imperialistas, reproduzindo a pobreza na periferia capitalista.

Em que pese essa transferência de valor, a classe trabalhadora residente nos países centrais tampouco se beneficia das modificações na divisão internacional do trabalho, tal qual ocorreu durante grande período do século XX. A centralização do capital, característica do modo de produção capitalista e acentuada desde a década de 1970, restringe ao máximo a distribuição da renda para o conjunto da nação. Ao mesmo tempo, o deslocamento produtivo amplia o exército de reserva nos próprios países centrais, minando o poder de barganha historicamente construído pelo movimento operário na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Soma-se a isso o próprio colapso ideológico dos antigos partidos operários, que diante das pressões trazidas pela dissolução da URSS, guinaram para perspectivas socialmente frustradas de mera administração da ordem do capital.

Assim, o grau de exploração da força de trabalho, proporcionalmente à riqueza por ela gerada, cresce tanto nos países centrais, quanto nos dependentes. Em outras palavras, quanto mais o capital expande suas fronteiras e se acumula, maior o pauperismo relativo da classe trabalhadora. Trata-se, portanto, do avanço do funcionamento da lei geral da acumulação capitalista, conforme elaborada por Marx (2012), em escala mundial, expandindo consigo todas as contradições desta forma historicamente determinada de produção da realidade social.

## Referências


Carcanholo, Reinaldo A. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 205-221, 2008.

Carcanholo, Marcelo Dias. **Dependencia, Superexplotaciόm del trabajo y crisis**: una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

Felix, Gil. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. **Revista da SEP,** Niterói/RJ, n. 47, mai-ago/ 2017, p. 104-128.

Foster, John Bellamy; McChesney, Robert W.; Jonna, Jamil R. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism. **Monthly Review**, v. 63, n. 6, nov/2011.

Harvey, David. **Condição Pós-Moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança de cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Heinen, Vicente Loeblein. **Superpopulação relativa no Brasil**: tamanho e composição entre 2012 e 2020. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, p. 111. 2021.

ILO – Internacional Labour Organization. **ILOSTAT Data Explorer**. 2024. Disponível em: https://rshiny.ilo.org/dataexplorer30/. Acesso em: dez nov. 2024.

Leite, Leonardo de Magalhães. **O Capital no Mundo e o Mundo do Capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da Teoria do Valor de Marx. Tese (Doutorado em Economia). Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, 354 p., 2017.

Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

Marx, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

Marx, Karl. **Wage-Labour and Capital**. 2ª ed. Paris: Foreign Languages Press. 2020.

Mattos, Marcelo Badaró. **A Classe Trabalhadora:** de Marx ao nosso tempo**:**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Miranda, Flávio. Teoria do valor e mercado mundial em Marx: Desenvolvimento desigual e dominação internacional. **Revista da SEP**, n. 47, mai-ago/2017.

Selwyn, Benjamin. Poverty chains and global capitalism. **Competition & Change**, v. 23, n. 71-97, 2019.

Smith, John. Imperialismo em el siglo XXI. **Estudios Críticos del Desarrollo**, v. 10, n.2, p. 49-74, 2019. Disponível em: https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2019/01/ECD10-2.pdf. Acesso em: 07 dez. 2024.